PROJETO DE LEI Nº 90/17

Institui no calendário oficial de eventos da cidade de Salvador, o Dia Municipal de Homenagens aos Desaparecidos Políticos que lutaram contra a Ditadura Militar no Brasil.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o no calendário oficial de eventos do município do Salvador, o "Dia Municipal de Homenagem aos Desaparecidos Políticos que Lutaram Contra a Ditadura Militar no Brasil, a ser realizada anualmente no dia 4 de novembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 13 de fevereiro 2017.

LUIZ CARLOS SUICA

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa realizar uma homenagem perene aos desaparecidos políticos da cidade do Salvador, bem como aqueles que foram brutalmente assassinados durante terem lutado contra a ditadura militar. Por maiores que sejam as dores, vale salientar a importância dessa modesta homenagem que marca a construção do resgate da memória, da verdade e da justiça.

A data escolhida, corresponde ao assassinato de uma das maiores referencias de luta contra a ditadura militar aqui na cidade do Salvador - Carlos Marighella, nascido em Salvador, no dia 5 de dezembro de 1911, residiu por muitos anos na Rua do Desterro 9, Baixa do Sapateiro, onde concluiu o seu curso primário e o secundário. Marighella foi um importante político, guerrilheiro e escritor brasileiro, e, a partir de 1964, um dos principais organizadores da luta contra a ditadura militar. Chegou a ser considerado o inimigo "número um" da ditadura.

Em 1934 abandonou o curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Bahia para ingressar no PCB (Partido Comunista Brasileiro). Tornou-se então, militante profissional do partido e se mudou para o Rio de Janeiro, trabalhando na reorganização do partido.

Conheceu a prisão pela primeira vez em 1932, após escrever um poema contendo críticas ao interventor Juracy Magalhães. Libertado, prosseguiria na militância política, interrompendo os estudos universitários no terceiro ano, em 1934, quando deslocou-se para o Rio de Janeiro.

Em 1º de maio de 1936, durante a ditadura na Era Vargas, foi preso por subversão e torturado pela polícia de Filinto Müller. Permaneceu encarcerado por um ano. Foi solto pela "macedada" (nome da medida que libertou os presos políticos sem condenação), e ao sair da prisão entrou para a clandestinidade, sendo recapturado em 1939. Novamente foi torturado e ficou na prisão até 1945, quando foi beneficiado com a anistia do processo de redemocratização do país.

Elegeu-se deputado federal constituinte pelo PCB baiano em 1946. Nesse período teve um breve relacionamento com Elza Sento Sé, operária da Light, com quem teve um filho, Carlos Augusto Marighella, nascido a 22 de maio de 1948 no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, Marighella voltou a perder o mandato, em virtude da nova proscrição do partido. Voltou para a clandestinidade e ocupou diversos cargos na direção partidária. Convidado pelo Comitê Central, passou os anos de 1953 e 1954 na China, a fim de conhecer de perto a recente Revolução Chinesa. Em maio de 1964, após o golpe militar, foi baleado e preso por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), dentro de um cinema, no Rio. Libertado em 1965 por decisão judicial, no ano seguinte optou pela luta armada contra a ditadura, escrevendo A Crise Brasileira. Em dezembro de 1966, renunciou à Comissão Executiva Nacional do PCB. Em agosto de 1967, participou da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana, Cuba, a despeito da orientação contrária do PCB. Aproveitando a estada em Havana, redigiu Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil, dedicado à memória do guerrilheiro Che Guevara e tornado público pelo Jornal do Brasil em 5 de setembro de 1968. Foi expulso do partido em 1967 e em fevereiro de 1968 fundou o grupo armado Ação Libertadora Nacional (ALN). Em setembro de 1969, a ALN participou do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em uma ação conjunta com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Com o recrudescimento do regime militar, os órgãos de repressão concentraram esforços em sua captura. Na noite de 4 de novembro de 1969, Marighella foi surpreendido por uma emboscada na alameda Casa Branca, na capital paulista. Ele foi morto a tiros por agentes do DOPS, em uma ação coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. A ALN continuou em atividade até o ano de 1974. O sucessor de Marighella no comando da ALN foi Joaquim Câmara Ferreira, que também foi morto por Fleury no ano seguinte. Os militantes mais atuantes em São Paulo eram Yuri Xavier Ferreira, Ana Maria Nacinovic Correa, Marco Antonio Valmont e Gian Mercer que continuaram fazendo panfletagem contra a ditadura até meados de 1972, quando também foram mortos numa emboscada no bairro da Mooca, ao saírem do restaurante Varela. Dezoito de seus militantes foram

mortos e cinco foram considerados desaparecidos. O último líder da ALN foi Carlos Eugênio Sarmento da Paz, que sobreviveu auto exilando-se na França, voltando ao Brasil após a anistia.

É preciso relembrar, a cada ano, as atrocidades cometidas pelo regime militar ditatorial para evitar que novas ditaduras se instaurem e para ressaltar a importância do regime democrático que vivemos atualmente.

Por todo o exposto, o presente projeto de lei vai ao encontro do interesse público e constitui medida importante não apenas para os familiares e amigos dos desaparecidos políticos, mas para a toda a população da cidade do Salvador. Com esses fundamentos, ressaltando a antiga vocação do município na luta pela democracia, entendo e espero que o presente Projeto de Lei merece ser aprovado por esta Casa legislativa.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro 2017.

LUIZ CARLOS SUICA